

1. Assinale a alternativa em que **NÃO** haja erros ortográficos:
 - a) Ah! Arrancar às carnes lasseradas / seu mísero segredo de consciência! / [...]E quem vestiu de monja a andorinha, / [...]quem cinzelou estrelas no jasmim? (Florbela Espanca)
 - b) As papoulas sangrentas, censuais... / Andam asas no ar; e raparigas, / Flores desabroxadas em canteiros, / Mostram por entre o ouro das espigas / Os perfis delicados e trigueiros[...] (Florbela Espanca)
 - c) Prefiro os que me criticam, porque me corrijem, aos que me adulam, porque me corrompem. (Santo Agostinho)
 - d) O Deus da parença / que nos costura em igualdade / que nos papel-carboniza / em sentimento / que nos pluraliza / que nos banaliza / por baixo e por dentro, / foi este Deus que deu / destino a meus versos[...] (Elisa Lucinda)
2. Assinale a alternativa que se aplica sobre o verbo arguir, de acordo com as regras de acentuação, na oração: “Não **arguo** contra a escolha da mesa diretora, porque os indivíduos escolhidos são idôneos”:
 - a) O verbo arguir, assim como os verbos apaniguar e obliquar, têm as formas rizotônicas (cuja sílaba tônica recai no radical) com o u do radical tônico com acento agudo.
 - b) O verbo arguir, na oração, não leva acento agudo na vogal tônica u nas formas rizotônicas (aquelas cuja sílaba tônica está no radical).
 - c) O verbo arguir tem acento, assim como delinquir, ambos têm a forma rizotônica a e i do radical com acento agudo.
 - d) Arguir deve levar acento agudo nessa conjugação, pois é um verbo regular, seguindo as regras de um verbo regular.
3. Assinale a alternativa que apresenta a concordância nominal **INCORRETA**:
 - a) Os aspectos culturais greco-latinos que nos apresentaram foram muito elucidativos.
 - b) Após a brincadeira com seus primos, Élide decidiu que estava quites.
 - c) O diretor enviou, inclusa na correspondência, a errata da ata da reunião.
 - d) Eles queriam que pensassem que estavam distraídos, mas, na realidade, estavam bem alerta!
4. Leia as assertivas a seguir:
 - I. Ela **ameaçou com denunciá-lo**, caso ele continuasse a assediá-la.
 - II. Aquela gente **carecia de cuidados** básicos de higiene e saúde.
 - III. Ele sempre **se sai da sua** e acaba não sendo punido por suas calúnias.
 - IV. Os pais **ansiavam em vê-la** recebendo seu diploma, afinal!Assinale a alternativa que se aplica quanto à regência dos verbos acima:
 - a) Apenas assertivas III e IV estão incorretas.
 - b) Apenas assertivas I e IV estão incorretas.
 - c) Apenas assertivas II e III estão incorretas.
 - d) Apenas assertivas I, II e III estão incorretas.
5. Assinale a alternativa em que haja um ou mais erros de ortografia ou conjugação, concordância ou regência nominal ou verbal dentro do contexto dos períodos abaixo: (trechos extraídos de Casa de Pensão, do escritor naturalista brasileiro, Aluísio Azevedo, 1884)
 - a) Todos os pequenos da aula tinham birra ao Pires, homem grosseiro, bruto, nele enxergavam o carrasco, o tirano, o inimigo e não o mestre; mas visto que qualquer manifestação de antipatia redundava fatalmente em castigo [...] as pobres crianças iam-se habituando [...] ao servilismo e à mentira. Os pais ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de “endireitar os filhos”.
 - b) Apesar de inteligente e de brasileiro, Campos nunca logrou espantar de sua casa o ar triste que a ensombrecia. À mesa, quando raramente se palestrava, era sempre com muita reserva; não havia risadas expansivas, nem livres exclamações de alegria. Os hóspedes, pobre gente de província, faziam uma cerimônia espessa; o guarda-livros poucas vezes arriscavam a sua anedota e só se determinavam a isso tendo de antemão escolhido um assunto discreto e conveniente.
 - c) E, puxando a cadeira para mais perto de Amâncio, falou-lhe em voz baixa. Que no Rio de Janeiro era preciso terem um amigo sincero, que não “primasse nos menus”, mas que fosse capaz, que tivesse imputabilidade moral! – Amâncio estava defronte de duas estradas; uma que conduzia à verdadeira felicidade, e outra que conduzia à desordem, ao vício e à completa desmoralização! Que não se deixe levarem pelos pândegos!... E olhava à esconsa os dois outros companheiros. Aquilo eram gente sem nada a perderem!... Amâncio, enfim, que aparecesse no domingo e teriam ocasião de falar mais de espaço. Não deixasse de ir: haviam muito o que dizer e conversar.
 - d) Oh! ele agora pensava em Ângela com muito mais ternura; nela resumia toda a família e tudo o que houvesse de bom no seu passado. Só com a ausência pôde avaliar o muito que a respeitava e o muito que a estremecia. Ele, que não chorara ao despedir-se da mãe; Ele, que algumas vezes chegou até a aborrecer-se de seus desvelos e da insistência de seus carinhos – agora não a podia ter na memória, sem ficar com o coração oprimido e os olhos relentados de pranto.
6. Leia as assertivas abaixo:
 - I. Atribuíram os problemas sociais a má distribuição de renda.
 - II. A exposição contava com diversos quadros à óleo de grandes pintores internacionais.
 - III. Elizabeth referiu-se àquilo que sua irmã lhe tinha dito anteriormente.
 - IV. A pessoa a que você se dirigiu é minha chefe.
 - V. Na conversa, se referiam a menina sobre o balanço, não a que estava a meu lado.Assinale a alternativa que se aplica, de acordo com as regras de uso da crase:
 - a) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

7. A implantação de uma política de compliance é essencial para empresas que prezam pela eficiência e buscam perenizar e aumentar os seus lucros, pois a transparência, a ética e a confiança são condições legais, e não apenas itens de ostentação. Tal exigência foi criada pelo próprio mercado, porquanto atualmente é inimaginável que uma empresa de grande porte (ou que pretenda atingir essa condição) atue sem a adoção dos princípios de governança corporativa e de uma política de compliance, principalmente após a Revolução Tecnológica e o fortalecimento de uma massa de consumidores críticos, que adquirem condutas e valores, e não mais somente produtos e serviços. (Ribeiro, M.C.P.; Diniz, P.D.F. (2015). Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf. Acesso em 10 set 2019.)

De acordo com o texto, assinale a alternativa que **NÃO** se aplica, quanto ao texto acima:

- Uma empresa, para desenvolver-se nos dias de hoje, deve primar não apenas pela atenção a produtos e serviços, mas pela atenção à conduta.
- Não se trata de bazófia a atenção às normas éticas e legais dentro do funcionamento de uma empresa.
- O mercado hoje em dia exige que as empresas atuem dentro da legalidade.
- A lei anticorrupção, sancionada em 2013, regula a conduta e os valores éticos a serem seguidos para uma gestão eficiente, dentro da legalidade.

8. Analisando-se as estruturas de incentivo elencadas no decorrer deste artigo, infere-se que a conduta ética no âmbito empresarial, tanto interno quanto externo, pode ser estimulada por meio da cooperação e/ou da imposição, revelando-se a primeira mais eficiente, visto que evidencia a alteração de mentalidade dos atores abrangidos e está desvinculada de uma análise formal normativa e de todas as possibilidades de sua relativização (por ter sido imposta e não absorvida). (Ribeiro, M.C.P.; Diniz, P.D.F. (2015). Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf. Acesso em 10 set 2019.)

- Numa empresa, a melhor forma de estimular a atitude ética é através da cooperação entre os envolvidos.
- No setor público, assim como na atividade empresarial, a normatização da conduta ética é essencial para estimular mudança de mentalidade.
- A normatização da conduta ética acaba por possibilitar a relativização das ações.
- A não normatização da atitude ética dentro de uma empresa, ou seja, a desvinculação da imposição, tem mais possibilidade de sucesso.

De acordo com o texto, assinale a alternativa que se aplica quanto às assertivas acima:

- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

9. Assinale a alternativa que se aplica, de acordo com as regras de uso da crase:

- Além disso, levamos encomenda à domicílio.
- A partir de R\$50,00 de compras não cobramos taxa de entrega.
- Os cursos de yoga serão oferecidos de março à junho do próximo ano.
- Estiveram em reunião de 9 à 17h, sem intervalo nem para o almoço!

10. A cooperação no âmbito interno da empresa pode ser obtida por meio do abrandamento dos conflitos e da majoração da importância da perspectiva de futuro, pela valorização dos empregados – existência de um plano de cargos e salários objetivo e automático, que possibilite visualizar a carreira no futuro. Já a cooperação no âmbito externo pode ser alcançada com a realização de contratos de longo prazo, com o incremento da relação de confiança entre as partes, com a manutenção da interação constante com os demais atores envolvidos, bem como pelo investimento na credibilidade da marca. Para alcançar tal intento, a implantação da política de compliance é uma ferramenta poderosa, principalmente se obtida a partir da cooperação, pois estimula naturalmente um ambiente com transparência, ética e confiança, auxiliando no desenvolvimento pleno da empresa e da sociedade. (Ribeiro, M.C.P.; Diniz, P.D.F. (2015). Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf. Acesso em 10 set 2019.)

- O abrandamento dos conflitos e a valorização dos empregados são um exemplo de atitude ética impulsionada pelas normas de conduta de uma empresa.
- Em uma empresa, é essencial a implantação de compliance, principalmente quando respaldada pelas normas de conduta ética da empresa, que organiza as relações de forma segura e sem ambiguidades.
- A valorização dos empregados e a realização de trabalhos que garantam a confiabilidade e a segurança da marca são exemplos de ações de cooperação.

De acordo com o texto, assinale a alternativa que se aplica:

- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- Apenas a assertiva I está correta.
- Apenas a assertiva III está correta.
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.

11. Assinale a alternativa em que há palavra grafada de forma **INCORRETA**:

- Cito os melhores autores, quando quero apresentar meu ponto de vista.
- Acima de tudo, gostaria de pedir que todos se comprometam com as mudanças.
- Ele falou cerca de 50 minutos sem pausar.
- O jogador alemão acabou dando o cheque-mate no jogador russo, ganhando a competição.

12. Leia as assertivas a seguir:

- João estava deitado em sua caminha. Sua avó já não caminha, está em cadeira de rodas.
 - Dentro da loja, apreçaram os produtos. De qualquer forma, não poderiam apressar os clientes.
 - Perdemos o apoio de nosso mais poderoso aliado. No entanto, apoio os que ficaram ao nosso lado.
- Assinale a alternativa que se aplica quanto às palavras sublinhadas:

- I – homófonos homográficos; II – homófonos heterográficos; III – homógrafos heterofônicos.
- I – homófonos homográficos; II – homófonos heterofônicos; III – homógrafos heterográficos.
- I – homófonos homográficos; II – parônimos; III – parônimos.
- I – parônimos; II – homônimos perfeitos; III – homógrafos heterofônicos.

13. Leia o texto abaixo:

A cômodo ele começou, nesse dia, nessa hora; não esbarrou mais. Achou de ir ver o lugar da cova, e as armas e trens que Medeiros Vaz (1), essas determinou que, o morto não tendo parentes, então para os melhores mais chegados como lembrança fossem: as carabinas e revólveres, a automática de rompida e ronco, punhal, facão, o capote, o cantil revestido, as capangas e (2), as (3) de trespassar. Alguém disse que o cavalo grande, murzelo-mancho, devia de ficar sendo dele mesmo. Não quis. Chamou Marcelino Pampa, a ele fez donativo grave: - Este animal é vosso, Marcelino, merecido. Porque eu ainda estou para ver outro com igual (4) e caráter!" Apertou a mão dele, num toques. Marcelino Pampa dobrou de ar, (5). Desse fato em diante, era capaz de se morrer, por Zé Bebelo. Mas, para si mesmo, Zé Bebelo guardou somente o pelego berbezim, de forrar sela, e um bentinho milagroso, em três baetas confeccionado.

(Rosa, J.G. *Grande Sertão: Veredas* (vol. II). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 [1956], p. 121-122)

Assinale a alternativa que contenha a grafia correta das palavras numeradas:

- a) (1) deixava – (2) alforjes – (3) cartuxeiras – (4) sizo – (5) pertubado.
- b) (1) deixava – (2) alforges – (3) cartucheiras – (4) siso – (5) perturbado.
- c) (1) deixava – (2) alforjes – (3) cartucheiras – (4) siso – (5) perturbado.
- d) (1) deichava – (2) alforges – (3) cartucheiras – (4) sizo – (5) perturbado.

14. Leia novamente o texto da questão 13 e as assertivas abaixo:

- I. Guardando para si alguns apetrechos que foram deixados pelo finado Zé Bebelo, Marcelino Vaz abriu mão da propriedade do alazão.
- II. O animal mencionado é um cavalo que pertenceu ao falecido Medeiros Vaz, e que foi dado por Zé Bebelo a Marcelino Pampa.
- III. Apesar de alguém dizer que o cavalo era seu, Zé Bebelo abriu mão do animal em prol de outra pessoa, guardando para si apenas alguns apetrechos.
- IV. O falecido não tinha parentes e, por isso, seus bens foram distribuídos entre outras pessoas.

Assinale a alternativa que se aplica:

- a) Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.
- b) Apenas a assertiva I está incorreta.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão incorretas.

15. Sobre o Windows, é **INCORRETO** afirmar:

- a) É um sistema operacional que deve ser comprado. Possui uma licença de uso para poder utilizar legalmente para fins comerciais.
- b) As pastas têm a função de organizar arquivos e subpastas.
- c) O seu código fonte está disponível sob a licença GPL para que qualquer pessoa o possa utilizar, estudar, modificar e distribuir livremente de acordo com os termos da licença.
- d) Quando se abre programas ou pastas, eles são exibidos sobre a área de trabalho. Nela também é possível colocar itens para facilitar o acesso.

16. O comando CTRL+Z, CTRL+C e CTRL+V no Microsoft Word, tem originalmente e respectivamente a função de:

- a) Selecionar o texto todo, copiar e visualizar.
- b) Adicionar um novo parágrafo, colar e visualizar.
- c) Desfazer a última ação, copiar e colar.
- d) Excluir a linha toda, copiar e colar.

17. A respeito da INTRANET, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Uma Intranet de uma organização nunca estará conectada à Internet.
- b) Possibilita maior e melhor comunicação dentro da empresa.
- c) Tem como um dos objetivos, partilhar informação que seja pertinente à organização e seus colaboradores.
- d) Pode ser um risco de segurança de informação, caso o seu desenvolvimento não seja adequado.

18. Em um cliente de e-mail, o endereço do destinatário que irá receber a cópia de uma mensagem e não consegue ver o endereço de quem mais recebeu a cópia, é preenchido no campo:

- a) Cc
- b) Assunto
- c) Para
- d) Cco

19. As cópias de segurança (backup) são imprescindíveis nas organizações e elas podem ser armazenadas de diversas formas. O tipo de backup que copia todas as alterações realizadas desde o último backup completo, independente do número de backups, é chamado de:

- a) Backup híbrido.
- b) Backup diferencial.
- c) Backup incremental.
- d) Backup cumulativo.

20. O Microsoft Excel pode mostrar ##### em células quando:

- a) Uma fórmula não consegue encontrar um valor de referência.
- b) Um erro de digitação no nome da fórmula.
- c) Células que foram referenciadas por fórmulas são excluídas ou coladas.
- d) Uma coluna não é larga o suficiente para mostrar todo o conteúdo da célula.

21. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o definido pela Corte Maior, o mandado de segurança não pode ser utilizado como mecanismo de controle abstrato da validade constitucional das leis e dos atos normativos em geral, posto não ser sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade.
- b) No Brasil, em se tratando do controle incidental de constitucionalidade das leis e atos normativos em geral, o objeto do processo é a própria questão constitucional, podendo ocorrer por meio de ação direta ou, excepcionalmente, em restritas hipóteses previstas na vigente Constituição da República Federativa do Brasil, vir suscitada incidentalmente e ajustada como prejudicial do mérito.
- c) A partir daquilo que se convencionou denominar de “força normativa da Constituição”, tema introduzido no mundo jurídico pelo constitucionalista Carl Schmitt ainda na primeira metade do século passado, pode-se afirmar como absolutamente pacífico o entendimento de que há hierarquia entre princípios e regras constitucionais, uma vez que aqueles (princípios) são equiparados a valores. Logo, diz-se, a regra possui vigência, enquanto os princípios possuem validade.
- d) Conforme o disposto na Lei Orgânica do Município de São José, os Procuradores do Município e os Gabinetes de Planejamento e Finanças possuem nível e hierarquia de secretaria municipal.

22. Assinale a alternativa correta:

- a) A petição inicial da ação declaratória de constitucionalidade deverá indicar, além do dispositivo da lei ou do ato normativo questionado, os fundamentos jurídicos do requerimento, o pedido com suas especificações e a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória. Portanto, o seguimento da ação declaratória pressupõe a existência de dissídio judicial em proporções relevantes acerca da constitucionalidade da norma que gere um estado de incerteza apto a abalar a presunção de constitucionalidade imanente aos atos legislativos.
- b) Conforme o disposto na Lei Orgânica do Município de São José, o número de Vereadores no município é fixado em 29 (vinte e nove), nos termos do inciso V, do art. 111, da Constituição Estadual.
- c) O Supremo Tribunal Federal deverá, de ofício, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- d) A arguição de descumprimento de preceito fundamental por lei municipal deve ser proposta perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado da Federação, aplicando-se de forma subsidiária o regimento interno do Supremo Tribunal Federal, haja vista a inexistência de outro meio para sanar lesão ou ameaça em caráter amplo.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) A sentença proferida em processo de ação popular terá eficácia de coisa julgada oponível “erga omnes”, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- b) O Estado não intervirá no Município, exceto para assegurar a autonomia municipal em casos de conflito territorial ou para evitar “guerra fiscal”.
- c) Na ação civil pública que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, desde que haja específico requerimento do autor neste sentido, pois do contrário haverá inobservância do princípio dispositivo e conseqüente nulidade da decisão.
- d) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal com o auxílio do Conselho Municipal de Urbanismo, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Assim sendo, o plano diretor deverá ser aprovado pela Câmara Municipal, sendo de instituição e observância obrigatórias para cidades com mais de cem mil habitantes, como é o caso de São José/SC, servindo como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

24. Assinale a alternativa correta:

- a) No Brasil, o controle concentrado de constitucionalidade das leis e atos normativos em geral possui íntima relação com o controle incidental. Por isso é correto afirmar que o sistema brasileiro é um sistema misto, em que se associam o controle difuso e o controle concentrado.
- b) Excepcionalmente, admite-se a interposição de ação direta de inconstitucionalidade por omissão quando o não agir administrativo significar o descumprimento de dever, ou obrigação, legalmente estabelecido podendo, nestes casos, ser utilizada para a efetivação de ato administrativo em caráter concreto.
- c) Conforme o disposto na Lei Orgânica do Município de São José, ao Município é vedado, dentre outras hipóteses, receber lixo orgânico de outro Município.
- d) Qualquer lei ou ato normativo advindo do Poder Público pode ser objeto de controle de constitucionalidade. O órgão judicial pode deixar de aplicar, por considerá-lo inconstitucional, ato legislativo ou ato normativo emanado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou editado nas esferas federal, estadual e municipal. Assim, por exemplo, poderá ocorrer em face de emenda constitucional, lei ordinária, lei complementar, medida provisória e mesmo regulamento, resolução, portaria e normas dos regimentos internos dos tribunais. Encontram-se imunes ao controle de constitucionalidade, todavia, os procedimentos de revisão constitucional (art. 3º, ADCT), pois estes encontram-se expressa e formalmente equiparados à Constituição originária.

25. Assinale a alternativa correta:

- a) No Brasil, o controle de constitucionalidade concreto das leis e atos normativos em geral considera a norma em si, mas desvinculada do direito subjetivo em análise. Busca, enfim, verificar a validade constitucional da norma, uma vez que nosso sistema jurídico-constitucional adotou o modelo austríaco de controle concreto.
- b) De conformidade com o disposto na vigente Constituição da República Federativa do Brasil, os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro e de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, são considerados brasileiros naturalizados.
- c) De conformidade com entendimento contemporâneo acerca de competência dos municípios, nos casos em que a dúvida sobre a competência legislativa recaia sobre norma que abrange mais de um tema, deve o intérprete acolher interpretação que não tolha a competência que detêm os entes menores para dispor sobre determinada matéria. O federalismo é um instrumento de descentralização política que visa realizar direitos fundamentais. Assim, se a lei federal ou estadual claramente indicar, de forma adequada, necessária e razoável, que os efeitos de sua aplicação excluem o poder de complementação que detêm os entes menores, é possível afastar a presunção de que, no âmbito regional, determinado tema deve ser disciplinado pelo ente menor. Na ausência de norma federal que, de forma nítida, retire a presunção de que gozam os entes menores para, nos assuntos de interesse comum e concorrente, exercerem plenamente sua autonomia, detêm Estados e Municípios, nos seus respectivos âmbitos de atuação, competência normativa.
- d) Conforme o disposto na Lei Orgânica do Município de São José, são de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham, dentre outros temas, sobre a criação, estruturação e atribuições de Secretarias Municipais e órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município, bem como sociedades de economia mista de que faça parte o Município, desde que este detenha, pelo menos, 51% do capital da sociedade.

26. Sobre a Lei n.º 8.987/1995 e suas alterações, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente poderá restabelecê-lo, desde que provocado pela concessionária, com efeitos financeiros a partir do respectivo reconhecimento administrativo.
- b) Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

- c) O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que, encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
- d) No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto na legislação aplicável.

27. Sobre a Lei n.º 9.784/1999 e suas alterações, é correto afirmar:

- a) Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, a autoridade prolatora e o órgão competente para o julgamento do recurso serão cientificados da decisão para, querendo, aplicar o entendimento sumulado, o que não vincula a autoridade no caso de futuras decisões administrativas em casos semelhantes.
- b) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo devem ser praticados no prazo de dez dias; e dos administrados que dele participem em quinze dias, salvo motivo de força maior.
- c) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- d) O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

28. Sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de São José (SC), conforme previsto pela Lei Municipal n.º 2.248/1991 e suas alterações, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O servidor será afastado do exercício do cargo quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou ainda, condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.
- b) Entende-se por lotação, o número de servidores que deva ter exercício em cada órgão, mediante prévia distribuição dos cargos e das funções de confiança integrantes do respectivo quadro.
- c) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os requisitos de idoneidade moral, assiduidade e pontualidade, disciplina e produtividade.
- d) O provimento dos cargos das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, far-se-á por ato do Prefeito Municipal, na forma da lei.

29. Sobre a Lei n.º 13.019/2014 e suas alterações, é **INCORRETO** afirmar:
- O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
 - Apresentada a proposta de parceria ao poder público, desde que preenchidos os requisitos legais aplicáveis, a administração pública tem o dever de tornar pública a proposta em seu sítio eletrônico, bem como deverá instaurar o Procedimento de Manifestação de Interesse Social, para oitiva da sociedade sobre o tema.
 - A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.
 - A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento.
30. Sobre as licitações públicas, é **INCORRETO** afirmar:
- O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado, dentre outras hipóteses, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
 - Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
 - Para a licitação na modalidade de pregão, ainda que os documentos de habilitação já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, os licitantes não estão desobrigados da sua apresentação, de forma a assegurar aos demais licitantes o direito de acesso e eventual impugnação, quando da fase de habilitação.
 - Na licitação na modalidade de pregão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, sendo que, não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas referidas condições, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
31. Sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal de São José (SC), conforme previsto pela Lei Municipal n.º 2.761/1995 e suas alterações, é correto afirmar:
- O exercício do Magistério exige não só conhecimentos profundos e competência especial, adquiridos e mantidos através de estudos contínuos, mas também responsabilidades pessoais e coletivas para com a educação e o bem-estar dos alunos e da comunidade.
 - As faltas ao serviço por motivos particulares não serão justificadas para qualquer efeito, vedado o cômputo como ausência do sábado, domingo e feriado, quando intercalados.
 - O membro do Magistério deverá cumprir sua jornada de trabalho na forma de horas-aula, correspondentes à respectiva carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, vedado o cumprimento de horas extraordinárias além daquelas fixadas para a jornada de trabalho ordinária.
 - O membro do Magistério poderá afastar-se, sem remuneração, para cursos de pós-graduação e missões de estudo, afins ao cargo que ocupa, mediante prévia comunicação à chefia imediata.
32. Sobre a Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e suas alterações, é **INCORRETO** afirmar:
- A Lei de Improbidade Administrativa prevê que o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
 - Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
 - Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
 - A Lei de Improbidade Administrativa assegura que a autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual, não havendo previsão para referida determinação pela autoridade administrativa competente.
33. Acerca do processo administrativo tributário, crédito tributário e sobre a dívida ativa, assinale a alternativa correta:
- A isenção é causa de suspensão do crédito tributário.
 - É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
 - A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, inclusive para modificação do sujeito passivo da execução.

34. Considerando as regras sobre as leis orçamentárias, bem como as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa correta:
- A vigência de cada Plano Plurianual (PPA) inicia no primeiro ano de cada mandato presidencial no âmbito da União Federal.
 - É vedada a destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas.
 - A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração do Plano Plurianual (PPA).
 - A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: (a) União - 50% (cinquenta por cento); (b) Estados - 60% (sessenta por cento); e (c) Municípios - 60% (sessenta por cento).
35. Analisando o processo judicial tributário, assinale a alternativa correta:
- A compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar cautelar ou antecipatória.
 - Proposta a execução fiscal o executado será citado para, no prazo de 15 (cinco) dias, apresentar os seus embargos à execução ou realizar o pagamento.
 - É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
 - O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, mas sempre antes do início da execução judicial da Dívida Ativa.
36. Sobre os impostos de competência municipal e considerando o disposto na Lei Complementar nº 21/2005 do Município de São José, assinale a alternativa correta:
- O Impostos sobre Serviço incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
 - O imposto sobre a transmissão inter vivos incide sobre a transmissão de bens e direitos quando realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, em pagamento de capital nela subscrito.
 - Para efeitos de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos seguintes itens, construídos ou mantidos pelo Poder Público: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.
 - Quando os serviços indicados na Lista de Serviços como “locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza” forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será a extensão total da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, incluindo a parcela existente em outros Municípios.
37. Tendo por base o entendimento jurisprudencial e Código Tributário Nacional (CTN) e a previsão das garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa correta:
- A decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art. 185-A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.
 - A presunção de fraude na alienação de bens prevista no art. 185 do CTN aplica-se ainda que o sujeito passivo tenha reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
 - As garantias atribuídas ao crédito tributário estão previstas de forma exaustiva no CTN.
 - Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário lançado, ainda que não regularmente inscrito como dívida ativa.
38. É correto afirmar:
- No Direito Ambiental, é aplicável somente o princípio da precaução, não o da prevenção.
 - O princípio da função social da propriedade somente se aplica aos imóveis rurais, não aos imóveis situados nas cidades.
 - A responsabilidade ambiental é tríplice, ou seja, uma única conduta pode ser alvo de ação de reparação na esfera cível e sancionamento nas esferas administrativa e criminal.
 - O princípio do poluidor pagador significa que é possível a alguém pagar para poluir.
39. Assinale a alternativa correta:
- As regras sobre áreas de preservação permanente previstas na Lei n. 12.651/12, segundo a dicção desta, não se aplicam às áreas urbanas.
 - Cabe ação civil pública para a tutela do meio ambiente urbano.
 - O Município não pode celebrar Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, que é de atribuição exclusiva do Ministério Público.
 - Um imóvel de valor histórico que não tenha sido alvo de tombamento não pode ser objeto de proteção pelo Poder Judiciário.
40. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Em matéria urbanística, cabe aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.
 - Os Municípios podem legislar sobre loteamentos de acesso controlados, também conhecidos como “loteamentos fechados”.
 - Os Municípios possuem competência para a fiscalização, mas não para o licenciamento ambiental.
 - Os Municípios possuem competência para legislar sobre o uso e a ocupação do solo urbano.

41. Assinale a alternativa correta:

- a) Unidades de Conservação da Natureza são sempre de proteção integral.
- b) Áreas de preservação permanente independem de sua função ecológica para serem caracterizadas como tais e admitem intervenção em qualquer caso.
- c) A reserva legal só se aplica aos imóveis urbanos.
- d) O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV é um instrumento da política urbana previsto na Lei n. 10.257/01.

42. Acerca da Regularização Fundiária Urbana (REURB), é correto afirmar:

- a) É um instrumento de índole urbanística, ambiental, registral, etc., que visa regularizar núcleos urbanos informais consolidados.
- b) Na REURB-S, os ocupantes custeiam os estudos e as obras de infraestrutura urbana a ser implantadas.
- c) Não cabe REURB em áreas de preservação permanente.
- d) A competência para o processo administrativo de REURB é concorrente entre União, Estados, DF e Municípios.

43. As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. A respeito das associações, responda:

- I. Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela importará, de *per si*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.
- II. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omisso este, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais de titularidade de associados.
- III. Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente à entidade de fins não econômicos, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação.

Assinale a correta:

- a) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva III é verdadeira
- d) Todas as assertivas são falsas.

44. Sobre a transmissão das obrigações, responda as questões:

- I. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.
- II. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
- III. Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.

Assinale a correta:

- a) Todas as assertivas são falsas.
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

45. Sobre direitos reais, responda as questões:

- I. Quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não a pode alugar, nem emprestar, mas simplesmente ocupá-la com sua família.
- II. O direito real de habitação não pode ser conferido a mais de uma pessoa simultaneamente.
- III. O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

Assinale a correta:

- a) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são falsas.

46. Sobre a locação urbana da lei 8.245/91, responda:

- I. Morrendo o locatário, nas locações com finalidade não residencial, extingue-se o contrato.
- II. Morrendo o locador, a locação transmite-se aos herdeiros.
- III. Morrendo o locatário nas locações com finalidade residencial, ficarão sub-rogados nos seus direitos e obrigações o cônjuge sobrevivente ou o companheiro e, sucessivamente, os herdeiros necessários e as pessoas que viviam na dependência econômica do de cujus, independente de residirem no imóvel.

Assinale a correta:

- a) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- d) Apenas a assertiva I é verdadeira.

47. Em relação às obrigações, assinale a correta:

- I. Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou, podendo o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- II. Na obrigação solidária ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se a solidariedade.
- III. Na obrigação solidária passiva, importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

Assinale a correta:

- a) Todas as assertivas são falsas.
- b) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- c) Todas as assertivas são verdadeiras.
- d) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

48. Em relação aos atos processuais, é correto afirmar que:

- a) O documento redigido em língua estrangeira não poderá ser juntado aos autos do processo.
- b) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito aos procuradores, vedado que a parte requeira consulta.
- c) Os atos processuais podem ser totalmente digitais, inexistindo previsão de atos processuais na forma física.
- d) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos em que o exija o interesse público ou social.

49. Em relação às nulidades no Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- A nulidade pode ser decretada sem a intimação do Ministério Público.
 - Anulado o ato, sempre ocorrerá a nulidade do processo.
 - A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, não podendo o juiz decretá-la de ofício.
 - É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
50. Em relação à audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar:
- Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.
 - Quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, o debate oral poderá ser substituído por razões finais escritas, que serão apresentadas pelo autor e pelo réu, bem como pelo Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, em prazos sucessivos de 30 (trinta) dias, assegurada vista dos autos.
 - Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência, ou no prazo de 15 (quinze) dias.
 - As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se primeiro o réu e posteriormente o autor.
51. Em relação ao cumprimento de sentença, é correto afirmar:
- A sentença arbitral não é considerada como título executivo para fins de cumprimento de sentença.
 - A intimação em cumprimento de sentença será somente por meio eletrônico ou carta.
 - O cumprimento de sentença não pode ser efetuado perante os tribunais de Justiça.
 - O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
52. Em relação à apelação, assinale a alternativa correta:
- Se o apelado interpuser apelação adesiva, é facultado ao juiz intimar o apelante para apresentar contrarrazões.
 - A Apelação da sentença que condenar a pagar alimentos terá efeitos suspensivos.
 - As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
 - O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória pode ser impugnado na apelação.
53. Analise as seguintes assertivas, com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e entendimentos sumulados do Tribunal Superior do Trabalho (TST):
- A confirmação de gravidez no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória, salvo se adotante. Mas, inobstante afastada a estabilidade, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção será concedida licença-maternidade.
 - O contrato de aprendizagem, através do qual o empregador compromete-se a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos formação técnico-profissional metódica, não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência (cuja restrição de idade máxima também não se aplica).
 - A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados. Assim, caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor. Mas, a empresa sucedida responderá solidariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.
 - No que se refere à remuneração, o pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem. Mas, nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das percentagens e comissões que lhes disserem respeito proporcionalmente à respectiva liquidação e a cessação da relação de trabalho não prejudica a percepção das comissões e percentagens devidas.
 - Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada, sendo a higienização deste uniforme de responsabilidade do trabalhador, salvo se necessário procedimento ou produto diferente do utilizado para a limpeza de vestimenta de uso comum.
- Assinale a resposta correta:
- Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e V estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva IV está correta.

54. Analise as seguintes assertivas, com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e entendimentos sumulados do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

- I. O trabalhador readaptado em nova função poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial, salvo quando por motivo de deficiência mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social.
- II. Trabalho de igual valor, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- III. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- IV. A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

Assinale a resposta correta:

- a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva IV está correta.

55. Analise as assertivas, com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e entendimentos sumulados do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

- I. No que se refere ao preparo dos recursos do processo do trabalho, o valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte e são isentos do depósito os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial. Ainda, o depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- II. No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar. Mas, se o agravo de instrumento tem a finalidade de destrancar recurso de revista que se insurge contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientação jurisprudencial, não haverá obrigatoriedade de se efetuar preparo.
- III. Os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

IV. O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença. Mas, o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.

V. Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, cabendo agravo desta decisão para o colegiado. De igual forma, cabe agravo da decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.

VI. A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal prejudica a execução do julgado.

Assinale a resposta correta:

- a) Apenas as assertivas I, II e VI estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

56. Analise as assertivas, com base na legislação previdenciária em vigor:

- I. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes econômicos presumidos do segurado, dentre outros, os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- II. Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. Entretanto, independe de carência a concessão do salário-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.
- III. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil. Mas o direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários prescreve em dois anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- IV. Salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto de mais de uma pensão deixada por cônjuge ou companheiro, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

Assinale a resposta correta:

- a) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas a assertiva IV está correta.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

57. Analise as assertivas abaixo:

- I. Equiparam-se ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de pessoa privada do uso da razão.
- II. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.
- III. É vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.
- IV. Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público não é possível a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública.
- V. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), acréscimo que não será devido caso o valor da aposentadoria já atinja o limite máximo legal.

Assinale a resposta correta:

- a) Apenas a assertiva IV está correta.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) As assertivas I, II, III, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

58. Com relação ao Estatuto da Advocacia e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), são atividades privativas da advocacia:

- I. A postulação a qualquer do Poder Judiciário e aos juizados especiais.
- II. As atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.
- III. Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.
- IV. Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas I e IV estão corretas.
- c) Todas estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.

59. Com relação ao Estatuto da Advocacia e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na aplicação das sanções disciplinares, são consideradas, para fins de atenuação, dentre outras, as seguintes circunstâncias:

- I. Falta cometida na defesa de prerrogativa profissional.
- II. Ausência de punição disciplinar anterior.
- III. Exercício assíduo e proficiente de mandato ou cargo em qualquer órgão da OAB.
- IV. Prestação de relevantes serviços à advocacia ou à causa pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas I e IV estão corretas.
- c) Todas estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.

60. Com relação ao Código de Ética e Disciplina da OAB, é correto afirmar:

- I. O advogado público exercerá suas funções com independência técnica, contribuindo para a solução ou redução de litigiosidade, sempre que possível.
- II. O advogado deve denunciar, desde logo, a quem lhe solicite parecer ou patrocínio, qualquer circunstância que possa influir na resolução de submeter-lhe a consulta ou confiar-lhe a causa.
- III. A renúncia ao patrocínio deve ser feita com expressa e inequívoca menção do motivo que a determinou, fazendo cessar a responsabilidade profissional pelo acompanhamento da causa, uma vez decorrido o prazo previsto em lei.
- IV. O advogado, quando no exercício das funções de mediador, conciliador e árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas III e IV estão corretas.
- b) Todas estão corretas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.

Prova Discursiva

O caso – a versão da contribuinte/impetrante:

Dentro do prazo previsto em lei, impetrou a empresa “Adler-Baumeister”, junto à Vara da Fazenda Pública, Execuções Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da Comarca de São José, ação de mandado de segurança em face de ato tido por abusivo e ilegal, atribuído ao Prefeito Municipal de São José. Alega, em síntese, que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre dois imóveis de sua propriedade (códigos ns. 000001 e 000002) localizados nesta cidade de São José/SC sofreu, no ano de 2019, indevida e desproporcional majoração da base de cálculo, o que ocorreu sem previsão legislativa específica, culminando no ilegal aumento de 150% no valor do referido imposto. Assim, a majoração da base de cálculo do tributo foi realizada além da mera atualização monetária (art. 97, §2º, CTN) por conta do valor venal acrescido. Sustenta, por outro lado, que a elevação da planta de valores, na prática, significou verdadeiro aumento de alíquota, o que é vedado sem lei específica. Diz terem sido violados os princípios constitucionais da anterioridade e legalidade. Sublinha ter apresentado pedido administrativo para correção da ilegalidade o qual, ao final, foi improvido. Logo, afirma possuir direito líquido e certo à manutenção do valor do IPTU em igual patamar ao lançado/cobrado no ano anterior, sendo possível apenas sua atualização monetária. Requer liminar com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário. Ao final, postula a confirmação da liminar e concessão da segurança em definitivo. Encerra requerendo a anulação do lançamento fiscal e da decisão administrativa denegatória, pois ilegais. Junta documentos. O processo judicial assumiu o número 0012345-00.2019.8.24.0064.

Decisão do Juiz de Direito:

Antes da análise do pedido liminar, determina o Magistrado competente a prévia manifestação da autoridade apontada como coatora e ordena sejam expedidas as notificações devidas (acompanhadas dos documentos necessários), as quais foram regularmente endereçadas e recebidas pelo indicado coator e pelo órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos da lei de regência (artigo 7º, incisos I e II, e artigo 11, ambos da Lei n. 12.016/2009).

Data da notificação:

A data da notificação e juntada aos autos é a mesma, qual seja, 10/09/2019.

Elementos para atuação da Procuradoria Municipal:

A Procuradoria do Município é acionada e deve preparar a peça processual adequada para o caso.

O Procurador indicado para tanto confirma ter havido prévio pedido administrativo manejado pela agora impetrante, julgado improcedente pela Administração. Houve recurso administrativo, que foi improvido. Esta decisão restou firmada, ao final, pelo Senhor Prefeito Municipal. Do processo administrativo, extrai-se terem sido efetuadas, no ano de 2018, alterações no sistema de gerenciamento interno da Prefeitura, aprimorando-o, constatando-se várias inconsistências e erros cadastrais, corrigidos quando do lançamento do IPTU no ano de 2019, objeto da impetração. As medidas daí resultantes atingiram da mesma forma todos os contribuintes que se encontravam em idêntica situação à da impetrante. Ainda, por ocasião do processo administrativo, houve verificação in loco nos imóveis da impetrante constatando-se que ambos possuem destinação industrial, e não residencial, como constava no cadastro municipal; que nos terrenos foram construídos 2 galpões industriais de 1.000,00 m² cada, não considerados nos lançamentos tributários de anos anteriores; que a área efetiva dos imóveis é maior do que a registrada no cadastro municipal (a área real é 7.500,00m² maior do que a constante no cadastro municipal). A diligência foi acompanhada pelo representante legal da contribuinte/impetrante e todas as informações e constatações foram por ele confirmadas, conforme documento juntado. Portanto, os fatos são incontroversos. Instada regularmente a se manifestar no processo administrativo sobre tais constatações, manteve-se silente a impetrante. Os valores lançados refletem exatamente a incidência do imposto com a adoção de alíquota e base de cálculo corretos/adequados à realidade. Por conta desses fatores, houve reflexos na incidência do IPTU, o qual vinha sendo cobrado a menor por mais de uma década.

Da peça a ser confeccionada:

Com base apenas nos fatos acima narrados, confeccione a peça processual adequada para atender ao comando judicial antes referido, observando os seguintes aspectos:

- A) Identificação do processo e endereçamento da peça;
- B) Tempestividade da manifestação que deve, por isso, ser datada;
- C) Fiel mas sucinta narrativa dos fatos essenciais ao deslinde do tema;
- D) Correto enfrentamento jurídico de todas as teses apresentadas pela impetrante;
- E) Defesa justificada e juridicamente fundamentada do ato tido como ilegal e abusivo, com os requerimentos pertinentes;
- F) Concatenação entre fatos/pedidos e solução/manifestação ofertada na peça;
- G) Indicação dos documentos juntados para densificar a posição a ser defendida;
- H) Ao final, datar o documento, anotando como Procurador subscritor “Fulano de Tal, OAB/SC 00001”.